



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADE E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LOCARINE UDULCIENE MENDES ONCAMPO

**REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES AFRICANAS
NAS CONFERÊNCIAS MUNDIAIS DA MULHER (1975-1995)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2020

LOCARINE UDULCIENE MENDES ONCAMPO

**REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES AFRICANAS
NAS CONFERÊNCIAS MUNDIAIS DA MULHER (1975-1995)**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira Lima.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2020

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

O67r

Oncampo, Locarine Udulciene Mendes.

Representatividade das mulheres africanas nas Conferências Mundiais da Mulher (1975-1995) / Locarine Udulciene Mendes Oncampo. - 2020.
57 f. : il. color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês,
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2020.
Orientador: Prof. Dr. Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira Lima.

1. Mulheres - Condições sociais - África. 2. Mulheres no desenvolvimento - Congressos. I. Conferência Mundial da Mulher - Estudo de casos - 1975-1995. II. Organização das Nações Unidas. III. Título.

BA/UF/SEBI

CDD 305.42

LOCARINE UDULCIENE MENDES ONCAMPO

**REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES AFRICANAS
NAS CONFERÊNCIAS MUNDIAIS DA MULHER (1975-1995)**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.

Data de aprovação: 10/02/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira Lima

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Examinadora (1)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Examinadora (2)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Dedico este trabalho, a minha guerreira mãe, Augusta Cabral, minhas amadas tias Quinta Cabral, Ana Luísa Nascimento e Lionísia de Nascimento Forbs. Gratidão, minhas heroínas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida, e por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrado ao longo do curso.

Ao meu orientador Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira Lima, pelo apoio, paciência e pela atenção dedicado a mim desde o primeiro momento da realização desta monografia.

Aos meus pais, Augusta Cabral e Luís Mendes Oncampo, pela dedicação, amor, carinho, incentivo e apoio incondicional presente em minha vida e essenciais para o meu crescimento, a minha felicidade e minhas realizações.

Aos meus tios e tia: Arafam Fernandes, Mário Musante da Silva e Ana Isabel Nascimento.

Aos meus irmãos e irmãs, pelo incentivo: Laureciana Mendes Oncampo, Claiton Mendes Oncampo, Ivanilda Mendes Oncampo, Ednilson Mendes Oncampo, Gizela Mendes Oncampo, Julaica Mendes Oncampo, Augusta Lé, Gilson Mendes Oncampo, Euzer Mendes Oncampo, Claudine Mendes Oncampo e aos meus avós, tias, tios, primas e primos pelo apoio prestado durante essa caminhada.

Meus agradecimentos aos amigos: Braima, Jorgito, Neemias, Robson, Lázaro, Mamadu, Braima Dabó, Leonarda Cabral, Wilza, Maira Janice, Natália, Noémia, Cátia, Sandra, Manuela, Beto, Hipólito, Nilton, Valdir, Fininha, José e Nilda, companheiros de trabalhos e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida para sempre.

Gratidão as professoras Maria Claudia Ferreira e Juliana Mércia, pela participação ativa, atenção e dedicação que tiveram ao longo da minha formação acadêmica. De igual modo, agradeço o Governo brasileiro, especificamente, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e a todos os professores e professoras, em especial, Paulo Proença e Márcio André, servidores e servidoras que contribuíram na minha formação acadêmica e pessoal. E por último, a coordenação do curso de Relações Internacionais.

A todos aqueles que me apoiaram de uma forma direta e indiretamente durante a minha formação.

“Nós temos que viver no mundo real. Se não gostamos do mundo no qual estamos vivendo, o transformemos. Se não o pudermos transformar, podemos transformar a nós mesmas/os. Nós podemos fazer alguma coisa.”

(Tate)

RESUMO

Foram organizadas, entre 1975 a 1995, quatro Conferências Mundiais da Mulher pela Organização das Nações Unidas, com o objetivo de chamar atenção para os problemas que as mulheres enfrentam em diferente parte do mundo. Nessas conferências, tomaram parte diferentes organizações e representantes de grupo de mulheres e organizações não-governamentais de países diferentes. O presente trabalho aborda o tema da representatividade das mulheres africanas nessas conferências, partindo da seguinte pergunta de pesquisa: em que medida as demandas das mulheres africanas são incorporadas aos debates oficiais das quatro Conferências Mundiais das Mulheres organizada pela ONU entre 1975 a 1995. Nesse sentido, objetiva-se analisar as interpretações dos significados da mulher africana nos documentos oficiais das quatro Conferências Mundiais da Mulher, a partir dos três pilares da justiça de gênero: redistribuição, reconhecimento e representação. Essas chaves conceituais são articuladas em categorias homônimas com o intuito de compreender a forma como os significados relativamente às demandas das mulheres africanas aparecem nos quatro relatórios produzidos nessas conferências. A pesquisa é baseada em um estudo aplicado com o mapeamento e a categorização dos relatórios por meio da análise de conteúdo. Verificou-se que há mais demandas ligadas a redistribuição e reconhecimento do que representação política das mulheres africanas.

Palavras-chave: Conferência Mundial da Mulher - Estudo de casos - 1975-1995. Mulheres - Condições sociais - África. Mulheres no desenvolvimento - Congressos. Organização das Nações Unidas.

ABSTRACT

Between 1975 and 1995, four World Women's Conferences were organized by the United Nations, with the aim of drawing attention to the problems that women face in different parts of the world. These conferences were attended by different organizations and women's group representatives and non-governmental organizations from different countries. The present work addresses the theme of representativeness of African women in these conferences, starting from the following research question: the extent to which the demands of African women are incorporated into the official debates of the four World Women's Conferences organized by the UN between 1975 and 1995. In this sense, the objective is to analyze the interpretations of the meanings of African women in the official documents of the four World Women's Conferences, based on the three pillars of justice of gender: redistribution, recognition and representation. These conceptual keys are articulated in homonymous categories in order to understand how the meanings in relation to the demands of African women appear in the four reports produced at these conferences. The research is based on a study applied with the mapping and categorization of reports through content analysis. It was found that there are more demands linked to redistribution and recognition than the political representation of African women.

Keywords: United Nations Organization. Women in development - Congresses. Women - Social conditions - Africa. World Women's Conference - Case Studies - 1975-1995.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Índice do Relatório da Conferência Mundial do Ano Internacional das Mulheres (1975)	19
Quadro 2	Índice do Relatório da Conferência Mundial do Ano Internacional das Mulheres (1980)	22
Quadro 3	Índice do Relatório da Conferência Mundial do Ano Internacional das Mulheres (1985)	23
Quadro 4	Índice do Relatório da Conferência Mundial do Ano Internacional das Mulheres (1995)	25
Quadro 5	Categorias analíticas: 3Rs	40
Tabela 1	Quantidade de ocorrência por categoria nos relatórios analisadas	43
Gráfico 1	Evolução das categorias nas quatro conferências, 1975-1995	44
Gráfico 2	Proporção das categorias no total de relatórios, 1975-1995	45
Gráfico 3	Mulheres nos Paramentos dos países africanos com lei de cota para o legislativo	50

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS	15
2.1	MOVIMENTOS FEMINISTAS E GÊNESE DO FEMINISMO	15
2.2	CONFERÊNCIAS MUNDIAIS SOBRE AS MULHERES	17
2.3	MULHER AFRICANA NAS CONFERÊNCIAS	26
3	CAPÍTULO II: AS TEORIAS FEMINISTAS E CONCEITOS MARCO TEÓRICO	27
3.1	TEORIAS FEMINISTAS	27
3.2	CONCEITOS: RECONHECIMENTO REDISTRIBUIÇÃO E REPRESENTAÇÃO	32
3.3	FEMINISMO AFRICANO Á LUZ DA JUSTIÇA TRIPARTITE	35
4	CAPÍTULO III: METODOLOGIA	37
4.1	FONTES DOS DADOS	37
4.2	ANÁLISE DE CONTEÚDO	38
4.3	PRÉ-ANÁLISE	39
4.4	EXPLORAÇÃO DO MATERIAL	39
4.5	TRATAMENTO DO MATERIAL	41
5	CAPITULO IV: RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
5.1	RESULTADOS	42
5.2	DISCUSSÃO	45
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos houve um alargamento dos debates acerca da problemática da questão do gênero a nível nacional, assim como internacional, por meio de organizações de fóruns e conferências. Há toda uma necessidade da intensificação do debate na academia acerca da problemática sobre as mulheres que acontece em diferentes sociedades no mundo. Ademais, a problemática exige um engajamento muito sério dos Estados, assim como das universidades com o intuito de promover o empoderamento das mulheres e de forma a alcançar a igualdade de gênero.

Porém, são muitos problemas acerca do gênero a enfrentar, quais sejam, as desigualdades sociais, econômicas e políticas existentes entre homens e mulheres em que as mulheres se encontram em desvantagem. No entanto, para estancar as dificuldades com que as mulheres se deparam no seu dia-a-dia, é preciso que os atores sociais e políticos atuem de uma forma coordenada para impulsionar o empoderamento feminino. Nesse viés, o empoderamento se torna importante nesta análise por ser esse conceito que discute a redistribuição dos bens com o intuito de corrigir as desigualdades socioeconômicas do gênero; a questão do reconhecimento da igualdade baseada no gênero; e por último, a questão da representação política (FRASER, 2007). Pelo visto, são essas diferenças que nada abonam em relação ao lugar que a mulher se encontra. Por outro lado, a realidade continua preocupante e desafiadora ao mesmo tempo, quando as mulheres constituem a maioria da população mundial e continuam assistindo seus direitos serem relegados a segundo plano.

Para corrigir as desigualdades de gênero que existem e persistem nas diferentes sociedades no mundo é preciso uma reflexão profunda e crítica para que possa haver uma correção em termos de se sanarem as três modalidades de injustiças identificadas acima. Nesse contexto, a proposta de uma justiça de gênero deve-se basear nos três “Rs”: redistribuição, reconhecimento e representação. Esses três conceitos orientam a abordagem deste trabalho, viabilizando uma reflexão crítica sobre a forma como a sociedade em geral vem sendo estruturada, principalmente, mas que na verdade precisa de uma reestruturação no que tange a redistribuição, reconhecimento e a representatividade numa sociedade tão desigual e em que a problemática de gênero continua a existir e persiste nas diferentes sociedades. De acordo com Fraser (2007), a redistribuição pode ser entendida como uma forma de

“alocação mais justa de recursos e bens”, isto é, distribuição da riqueza de uma forma justa em que todos/as se beneficiam e não se sujeitam à exploração e marginalização. Por outro lado, o reconhecimento ainda segundo ela, é entendido como a forma de “reconhecer as distintas perspectivas das minorias étnicas, raciais e sexuais, bem como a diferença de gênero”. O terceiro e último conceito, a representação política, é uma forma de garantir que todos os grupos sejam representados de uma forma paritária. Aqui, a representação referida é com base no gênero, ou seja, uma representação política entre homens e mulheres.

É com base em tais problemáticas e sob essa óptica da justiça de gênero, que este trabalho objetiva analisar, em particular, as interpretações dos significados da mulher africana nos documentos das quatro Conferências mundiais da Mulher, realizadas entre 1975-1995. A escolha desse período deve-se pelo fato de que as quatro Conferências Mundiais de Mulher foram realizadas nesse intervalo e, desde a última, as questões de gênero adentraram nas diversas agendas da ONU, tais como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a mais recente Agenda 2030.

As discussões nas Conferências são feitas de acordo com as demandas apresentadas pelos diferentes representantes. Tendo em conta os números elevados dos países nas conferências e também as diferentes realidades e problemas enfrentados pelas mulheres nos diferentes países e sociedades, faz com que as demandas sejam diferentes e, portanto, que os planos de ação busquem abarcar a pluralidade e diversidade de visões e demandas. Nesse sentido, parto da seguinte questão para este estudo: em que medida as demandas das mulheres africanas são incorporadas aos debates oficiais das quatro Conferências Mundiais das Mulheres organizada pela ONU entre 1975 á 1995? Em outras palavras, em que medida os significados cristalizados nos documentos das Conferências Mundiais sobre Mulher refletem as interpretações sobre os papéis e, principalmente, as demandas das mulheres nos países africanos?

No que se refere à organização deste trabalho, o estudo está dividido em quatro capítulos. No primeiro, faz-se um enquadramento histórico dos movimentos feministas e em seguida, a contextualização das Conferências, isto é, trazer contextos históricos do movimento feminista no mundo e em especial o da África e motivos da realização das conferências. O segundo capítulo apresenta as teorias feministas e conceitos relativos à problemática das mulheres em geral, enquadradas na proposta da justiça de gênero tripartite (redistribuição, reconhecimento e representação). No terceiro

capítulo, discuto a metodologia, apresentando as fontes de dados e o método utilizado para a realização desta pesquisa. Porquanto, recorreremos à análise do conteúdo a partir dos quatro relatórios da Conferências Mundiais da Mulher. Os dados foram retirados no repositório da ONU. Em seguida, no quarto capítulo, analiso os resultados à luz da justiça de gênero tripartite.

2 CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS

Neste primeiro capítulo, farei um enquadramento e contextualização das Conferências Mundiais Sobre a Mulher. Porém, antes de proceder ao mesmo, é fundamental apresentar brevemente abordagens sobre o movimento feminista de uma forma geral, e, especificamente, sobre o continente africano. Objetiva-se, com essa narrativa, situar o histórico das lutas das mulheres que culminaram na organização das conferências.

Com isso, faz-se mister reconhecer que as mulheres ocupavam e ainda ocupam lugares subalternos na maioria das sociedades. As hierarquias do gênero não são um fenômeno recente, mas sim uma estrutura presente desde há muito tempo e persistente nas diferentes sociedades (PEDRO; GUEDES, 2010) e na própria construção do conhecimento (ZERILLI, 2006). Nesse sentido, a construção social da desigualdade entre homens e mulheres e a existência da hierarquia em termos de gênero colocam as mulheres em desvantagem em relação aos homens em diversas seáras da vida social, política, econômica e cultural. Não por acaso, esta condição de subordinação vem a ser contestada, pelo menos, desde o manifesto da Mary Wollstonecraft (1789), sendo ainda mais visível no presente nas manifestações públicas e virtuais¹ de mulheres; ou por meio de diferentes organizações criadas a nível municipal, nacional, regional e até internacional, com o intuito de expressar, contestar e denunciar as injustiças que acontecem principalmente com as mulheres em diferentes partes do mundo.

2.1 MOVIMENTOS FEMINISTAS E GÊNESE DO FEMINISMO

Desde a Antiguidade Clássica, a primazia do controle do mundo encontra-se majoritariamente no homem. O homem era (é) considerado como universal, determinando as relações na vida social, nomeadamente aquelas que devem ser mantidas entre homem e mulher. Essas relações hierarquizam os comportamentos

¹ Uma das campanhas internacionais mais importantes no contexto dos movimentos feministas contemporâneos ocorreu nas redes sociais por meio da hashtag #MeToo. Ela demonstra o potencial e o alcance das mobilizações das mulheres no mundo, cruzando fronteiras e estabelecendo novas alianças graças à conectividade promovida pela internet.

sociais de homens e mulheres, estruturando não só a sociedade, como também a política. Em outras palavras, essa determinação por parte dos homens de como as mulheres deveriam se comportar ou agir na sociedade sujeita-as a lugares de desprivilégio. São eles que ocupam os espaços de chefes de família, detentores do conhecimento, tomadores de decisões políticas, provedores. Já às mulheres reserva-se o espaço privado da casa, sendo elas responsáveis pelo cuidado da família e pelos trabalhos domésticos (BEAUVOIR, 2019a e 2019b; BIROLI, 2017; PATEMAN, 1989).

Essas hierarquias que estruturam as relações entre homens e mulheres persistem nas diversas sociedades do mundo até o presente momento. Elas vêm a ser contestadas pelas próprias mulheres de formas distintas, seja coletivamente, por meio da organização entre si; sejam, individualmente, exigindo os seus direitos. Um exemplo disso é o livro escrito nos anos de 1405 por Christine Pizan, no qual a autora “questiona a autoridade masculina dos grandes pensadores e poetas que contribuíram para formar a tradição misógina” (PIZAN, 1045 apud GARCIA, 2011, p. 27). Desde esse marco, exigia-se o reconhecimento das mulheres como sendo sujeitos, munidas dos seus direitos e de todos os outros valores enquanto ser humano (GARCIA, 2011).

É neste sentido que o termo feminismo surgiu e foi proferido pela primeira vez nos Estados Unidos em 1911, momento em que escritoras e escritores a usaram para designar o movimento das mulheres. As questões levantadas nesta época anunciavam um novo movimento na longa história das lutas pelos direitos e liberdades das mulheres (GARCIA, 2011). Nesse contexto, o feminismo, que acaba por vincular diversas dessas lutas e debates, é definido como:

a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim (GARCIA, 2011, p. 13).

No que concerne ao contexto africano, de acordo com Mina Salami (2017), o feminismo teve o seu início no século XX, por meio de mulheres ativistas, tais como Adelaide Casely-Hayford, que lutou pelos direitos das mulheres na Serra Leoa, contribuindo tanto para a causa feminista, como para o movimento pan-africanista; Charlotte Maxeke, que em 1918 fundou a Liga das Mulheres Bantu na África do Sul;

e Huda Sharaawi, que em 1923 criou a União Feminista Egípcia (SALAMI, 2017). Também o feminismo tem a sua base nas lutas de libertação nacional de alguns países africanos, como: Angola (BATSÍKAMA, 2016), Moçambique (CASIMIO, 1989) e Guiné-Bissau (GOMES, 2006), onde as mulheres lutaram ao lado dos homens contra a opressão dos colonizadores portugueses e, em paralelo, contra o patriarcado, buscando sua emancipação e restauração de seus direitos. Por tal razão, o feminismo africano contemporâneo se materializa durante a década das mulheres (anos 1970), que coincide com as suas lutas de independência. Destarte, faz-se mister esboçar um breve panorama das quatro conferências que se realizaram entre 1975 e 1995.

2.2 CONFERÊNCIAS MUNDIAIS SOBRE AS MULHERES

Levando em conta as problemáticas que as mulheres enfrentam nas diferentes partes do mundo e com o intuito de corrigir tais problemas, organizaram-se várias Conferências Mundiais dedicadas aos temas e às demandas das mulheres, com o intuito de debater mecanismos e políticas de redução e eliminação das desigualdades em termos de direitos entre homens e mulheres e perspectivas de justiça social associada às diversas dimensões da vida das mulheres.

Em termos gerais, foram organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) quatro Conferências Mundiais Sobre as Mulheres, com o objetivo de chamar atenção a nível mundial sobre as diferentes problemáticas que as mulheres padecem e enfrentam no mundo. Ademais, as conferências serviram para conscientizar a sociedade sobre a necessidade de assumir compromissos para lidar com estes desafios.

Nesse sentido, a primeira Conferência foi organizada em 1975, de 19 de junho a 2 de julho na cidade do México, com a participação de 133 delegações, dentre as quais 113 foram lideradas por mulheres de diferentes realidades e culturas. A Conferência tinha como lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz” e tema central “A Eliminação da Discriminação da Mulher e o seu Avanço Social”. Para tal, o objetivo era criar mecanismos cabíveis para garantir uma igualdade plena entre homens e mulheres e acabar com a discriminação sofrida pelas mesmas. Assumia-se que essa igualdade plena entre homens e mulheres permitiria uma plena participação das mesmas para o desenvolvimento dos seus países e também alcançar a paz mundial. Nesse sentido, no âmbito da Conferência foram discutidas várias temáticas baseadas

nos três principais objetivos: a plena igualdade e eliminação da discriminação de gênero; a integração e a plena participação das mulheres no desenvolvimento; e a maior contribuição das mulheres no fortalecimento da paz mundial e como resultado das discussões, os participantes da conferência adotaram o Plano Mundial de Ação, documento com metas e objetivos que deveriam ser alcançados pelos Estados que participavam da conferência nos anos posteriores à mesma. Vale lembrar que, em 1975, ano da realização da conferência, alguns países (especificamente da África) não tinham conquistado as suas independências. Entretanto, esse fato não impediu que movimentos de libertação em curso tomassem parte da conferência.² Um exemplo claro é de Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA), que também foi o mesmo movimento que proclamou a independência desse país. Quero, com isso, realçar que, na elaboração do Plano Mundial de Ação deveria ser levada em conta a condição em que diferentes países se encontravam no momento, e com base nessas condições, pensar na elaboração de objetivos e no período que esses objetivos traçados devem ser alcançados.

Outro marco importante é a convocação dos diferentes governos com o intuito de identificar as áreas prioritárias e formular planos capazes de promover a igualdade de gênero dentro de seus países (ONU, 1976). O mais importante resultado foi a criação do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a mulher (UNIFEM) e o Instituto Internacional de Treinamento e Pesquisa para a Promoção da Mulher (INSTRAW). Esses mecanismos foram criados com o intuito de incentivar, apoiar e criar condições para a capacitação das mulheres de forma a poderem contribuir de uma forma positiva para o desenvolvimento dos seus países, por meio da participação ativa e efetiva.

Essa conferência foi a primeira ação a ser desenvolvida a nível internacional no que se refere especificamente as condições das mulheres nas diferentes partes do mundo, com base nas discussões de diferentes temas voltadas as mulheres. O quadro 1 esquematiza os principais tópicos da resolução que resultou dessa conferência.

² Para mais detalhes sobre os movimentos que participaram da Conferência, consultar relatório da Primeira Conferência de Mulher organizada pela ONU, disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_mexico.pdf

Quadro 1 - Índice do Relatório da Conferência Mundial do Ano Internacional das Mulheres (1975)

Seção	Conteúdos Gerais
I. Declaração do México sobre Igualdade das Mulheres e sua Contribuição para o Desenvolvimento e a Paz	Desenvolvimento e paz.
II. Planos de Ação	Plano de Ação Mundial para a Implementação dos Objetivos do Ano Internacional da Mulher; Declarações feitas pelos participantes sobre o Plano de Ação Mundial.
III. Resoluções e decisões adotadas pela Conferência	Temas gerais: saúde, segurança, Menções a temas africanos: 1. 1. Pesquisa e treinamento para o avanço das mulheres na África
IV. Constituição da conferência	A forma como a conferência é organizado
V. Atendimento e a organização do trabalho	Abertura da Conferência e eleição do Presidente Outros endereços e mensagens; Aprovação do regulamento interno; Adoção da agenda; Estabelecimento de comitês e organização do trabalho; Eleição de oficiais que não sejam o Presidente.
VI. Resumo do Debate geral	Igualdade; questões de desenvolvimento; paz
VII. Consideração do projeto de Plano de Ação Mundial e do projeto de Declaração	Relatório do Primeiro Comitê; ação tomada em plenário sobre o relatório do Primeiro Comitê.

Seção	Conteúdos Gerais
VIII. O envolvimento das mulheres no fortalecimento da paz internacional e na eliminação do racismo, apartheid, discriminação racial, colonialismo, dominação alienígena e aquisição de territórios pela força.	Relatório do Segundo Comitê; ação tomada em plenário sobre o relatório do segundo comitê
IX. Credenciais dos representantes da Conferência	Relatório do Comitê de Credenciais; medidas tomadas em plenário sobre o relatório do Comitê;
X. Aprovação do relatório da Conferência.	Violação dos direitos humanos,
XI. Proposta para a convocação de uma segunda conferência mundial em 1980.	Segunda conferência mundial
XII. Expressão de agradecimento ao governo anfitrião	Projeto de resolução
XIII. Declarações finais	Participação das mulheres na vida econômica, social, política e cultural de seus países.

Fonte: Autoria própria, com base em ONU (1975).

A segunda conferência aconteceu em Copenhague, entre 14 e 30 de julho de 1980, com a participação de 145 países (ONU, 1980). Durante a mesma, averiguaram-se os objetivos estabelecidos no México. Notou-se, por parte dos representantes, a necessidade não só de reconhecimento nas leis nacionais de igualdade entre homens e mulheres, mas também no exercício dos direitos principalmente à educação, saúde das mulheres e oportunidade de trabalho nas

instituições políticas e principalmente no que tange a esfera de tomada de decisão (NAÇÕES UNIDAS, 1980).³

Outros temas também foram discutidos, como: apartheid, o Canal do Panamá, escravidão sexual, feminismo, violência doméstica, apropriação de tecnologias, estudos sobre a mulher, e o significado do desenvolvimento na vida da mulher. Porém, entre as temáticas, algumas interessam diretamente a situação e o contexto em que alguns países africanos estavam a enfrentar naquele momento, mas outros não eram prioridades em suas agendas internas, sobretudo a temática como “apropriação de tecnologias e desenvolvimento”. Na década de 1980, os países africanos precisavam consolidar as suas democracias e outros ainda se encontravam na luta pela sua independência.

Portanto, nessa conferência, definiu-se o direito das mulheres de uma forma mais ampla em relação à primeira conferência. Entretanto, essa ampliação de escopo se demonstrou insuficiente, dada a necessidade de se criarem recomendações não de uma forma geral para todos os países, mas sim pensarem-se recomendações que se pudessem enquadrar transversalmente na realidade de diferentes sociedades. Tendo em conta que os problemas enfrentados pelas mulheres são distintos em cada contexto social, a experiência e a forma de como lidar com tais problemas também deveria ser sensível a essas diferenças. Esse olhar visava a corrigir a perspectiva hegemônica das demandas das mulheres dos países desenvolvidos, reconhecendo as especificidades das mulheres de países em desenvolvimento.⁴

Como resultado da conferência, foi aprovado o Relatório intitulado “Relatório da conferência mundial da década das Nações Unidas para as mulheres: igualdade, desenvolvimento e paz”, cujas seções estão esquematizadas no quadro 2.

³ Relatório de segundo Conferência Mundial da Mulher, disponível em:

http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_copenhagem.pdf

⁴ Os feminismos anti-coloniais (pós-colonial, decolonial e subalterno) desempenharam um papel fundamental na crítica ao feminismo mainstream (e whitestream). Para mais detalhes, ver: Maria Clara Dias, Letícia Gonçalves, Luciana Maria de Aragão Ballestrin, e Deepika Bahri.

Quadro 2 - Índice do Relatório da Conferência Mundial do Ano Internacional das Mulheres (1980)

Seção	Conteúdos Gerais
I. Decisões da conferência	Imigração das mulheres; planejamento familiar
II. Origens da conferência	Posição da mulher na sociedade na família, na vida nacional, econômica, cultural e política no cenário internacional
III. Atendimento e organização do trabalho	Desenvolvimento social, economia mundial
IV. Resumo do debate geral	Emprego, educação
V. Relatórios dos órgãos subsidiários e medidas tomadas sobre esses relatórios pela conferência	Problema dos refugiados em quase todo o mundo; conflitos civis, violações de direitos humanos, conflitos políticos e discriminação
VI. Aprovação do relatório da conferência	Apelo à adoção da língua portuguesa como língua oficial das Nações Unidas

Fonte: Autoria própria, com base em ONU (1980)

A terceira conferência foi realizada em 1985, em Nairóbi e tomaram parte 157 Estados totalizando 15.000 representantes das diferentes organizações governamentais e não-governamentais. A conferência tinha como objetivo avaliar os resultados da Década da Mulher. Depois da avaliação, foram elaboradas as medidas de “caráter jurídico, de forma alcançar a igualdade entre homens e mulheres na participação social, na política, assim como nas esferas decisórias” (ONU, 1986).⁵ Também foi nessa conferência que foi declarada de uma forma clara, pela primeira vez, que os problemas humanos no seu total também pertencem à mulher. Sendo assim, elas também têm o direito de participar de uma forma legítima na esfera decisória, de forma a participar na administração de todas as questões que dizem respeito aos seres humanos (RUBIN, 2012). Ainda na mesma conferência, foram identificadas áreas como: violência, principalmente contra a mulher; a pobreza, sendo

⁵ Relatório da segunda Conferência Mundial da Mulher. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_nairobi.pdf

que, as mulheres e crianças são as que mais sofrem com a mesma; acesso à saúde; por último, a educação. Em todas estas dimensões, os danos incidem com maior frequência sobre as mulheres (SEN, 1992; 1999; 2009). Como uma das formas de resolver tais questões, insistiu-se na provisão, por parte dos governos, de serviços especificamente para as mulheres. Nessa ótica, sob a ideia da transversalização, acabaram por produzir a Resolução sobre o papel da Comissão sobre Status da Mulher (CSW), em que foi estabelecida a integração das estratégias para o futuro nos programas sociais e econômicos da ONU; também o Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher, que acabou por se converter no Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulher (RUBIN, 2012). Portanto, todas as resoluções e fundos objetivaram contribuir de uma forma significativa para a emancipação e o empoderamento econômico das mulheres. (UNIFEM).

Quadro 3 - Índice do Relatório da Conferência Mundial do Ano Internacional das Mulheres (1985)

SEÇÃO	CONTEÚDOS GERAIS
I. Decisão da conferência	Avanço das mulheres
II. Antecedentes históricos da conferência	Economia, apartheid
III. Atendimento e organização do trabalho	Igualdade de gênero, desenvolvimento e paz
IV. Resumo do debate geral da ONU	Eliminação de todas as formas de discriminação contra mulheres
V. Relatórios dos órgãos subsidiários da conferência e medidas tomadas por esses relatórios pela conferência	Participação das mulheres na política
VI. Aprovação do relatório da conferência	Igualdade de oportunidade

Fonte: Autoria própria, com base em ONU (1985).

Finalmente, a quarta e última conferência aconteceu no dia 16 de setembro de 1995, em Pequim, com a participação de 189 Estados-membros, entre eles, os observadores da ONU. Apesar de haver sido uma continuidade das outras três conferências realizadas, tornou-se uma das mais importantes por ter apresentado o

maior número de participantes e representantes. Também foram trazidos e discutidos novos conceitos ligados à gênero e especificamente à questão das mulheres como: condições das meninas em todo mundo; promoção do empoderamento das mulheres e superação das desigualdades; direito à saúde sexual e reprodutiva para as mulheres, e, sobretudo, direito ao aborto com direito à assistência pelo Estado, e a descriminalização do mesmo (VIOTTI, 1995). A conferência marcou o reconhecimento de forma definitiva do papel econômico e social da mulher, com base no princípio da universalidade dos direitos humanos e o respeito à especificidade das culturas, temática de grande importância, principalmente para as sociedades africanas. Ainda nessa mesma conferência, foram adicionados temas sobre meio ambiente, atuação dos meios de comunicação.

Vale ressaltar que, no âmbito da temática de transversalidade, foram detectadas 12 áreas críticas que afetam o desenvolvimento das mulheres em quase todo mundo, quais sejam: 1. a carga persistente e crescente de pobreza que recai sobre a mulher; 2. o acesso desigual da mulher às oportunidades educacionais e a insuficiência destas; 3. as desigualdades no estado de saúde e ao acesso aos serviços de atenção à saúde e o caráter inadequado destes; 4. violência contra a mulher; 5. os efeitos dos conflitos armados e outros tipos sobre a mulher; 6. desigualdade no acesso e na participação da mulher no que concerne à definição de estruturas e políticas econômicas e os processos de produção; 7. a desigualdade entre homens e mulheres na participação do poder e na tomada de decisões em todos os planos; 8. insuficiência de mecanismos existentes em todos os planos para promover o avanço da mulher; 9. falta de consciência dos direitos humanos da mulher reconhecidos internacionalmente e nacionalmente, e a falta de compromisso em prol desses direitos; 10. insuficiência na divulgação dos meios de comunicação para promover a valiosa contribuição da mulher para a sociedade; 11. falta de reconhecimento suficiente à contribuição feminina na gestão dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente; e 12. direitos das meninas (RUBIN, 2012, p. 63).

Diante dessas questões, o relatório da quarta conferência visou a contemplar ações que endereçassem todas as áreas críticas. O quadro 4 sintetiza o conteúdo do mesmo.

Quadro 4 - Índice do Relatório da Conferência Mundial do Ano Internacional das Mulheres (1995)

Seção	Conteúdos Gerais
I. Declaração de objetivos financeira	Participação ativa da mulher em todas as esferas da vida pública e privada, mediante uma participação plena e em igualdade de condições no processo de tomada de decisões econômicas, sociais, culturais e políticas. 156 (II); 170 (IV)-educação; 170-alfabetização; 255-cooperação para o avanço das mulheres (V); 257-cooperação técnica (VI);
II. Contexto mundial	Serviços sociais básicos
III. Áreas críticas de preocupação	Igualdade de gênero; Direitos Humanos; justiça social; empoderamento das mulheres
IV. Objetivos estratégicos e ações	Educação, alfabetização
V. Disposições institucionais	Cooperação para avanço das mulheres
VI. Disposições finais	Cooperação técnica

Fonte: Autoria própria, com base em ONU (1995).

A despeito da realização das conferências, os objetivos traçados ainda não foram alcançados na sua totalidade, uma vez que a implementação dos mesmos exige criação de políticas públicas sérias em cada país participante. De outro lado, restam ainda outros fatores, especialmente socioeconômicos, assim como a participação e representatividade política. Entretanto, há uma enorme desigualdade em termos econômicos dos diferentes países, o que impõe dificuldades para a implementação de políticas públicas nacionais voltadas para as mulheres. Nesse sentido, o Estado, como garantidor de direitos e responsável por assegurar a plena efetivação das resoluções das conferências, depara-se com sérios desafios para lidar com os problemas enfrentados pelas mulheres.

2.3 MULHER AFRICANA NAS CONFERÊNCIAS

Como visto acima, a mulher africana como sujeito detentor de uma especificidade passa a ser reconhecida desde a Primeira Conferência. Como visto, alguns países africanos participaram desta conferência. Angola participou por meio do seu movimento de libertação, o MPLA. Moçambique, que tampouco havia conquistado a sua independência, não participou. São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde, embora tivessem conquistado as suas independências antes da conferência, não se fizeram presentes. Por outro lado, vale destacar a participação da Organização da Unidade Africana, atualmente União Africana (UA), da qual os PALOP fazem parte, que foi representada por observadores.

De todo modo, como países do continente africano estiveram presentes em maior ou menor número, à medida que o processo de descolonização se encerrava em todas as conferências de mulher organizadas pela Organização das Nações Unidas. Com base nisso, faz necessário trazer, essa representatividade das mulheres africanas nessas conferências, isto é, fazer uma análise da forma como as mulheres africanas aparecem nas quatro conferências, que temáticas elas aparecem mais.

As temáticas anteriormente abordadas, tanto na primeira conferência como nas demais, de uma forma geral foram fundamentais para revelar e situar as situações de vulnerabilidade que a maioria das mulheres em quase toda a parte do mundo enfrentavam. Evidentemente, as agendas definidas em cada conferência refletiam a conjuntura histórica de seu momento e o viés de quem participava. É nesse sentido que se inserem as questões acerca das representações das mulheres africanas nos textos e debates das conferências.

Como venho salientando, alguns países africanos encontravam-se em processos de luta pela independência, fundação do Estado e consolidação do mesmo. Essas prioridades orientavam as agendas políticas dessas sociedades, o que, em certa medida, privou-lhes de um engajamento imediato e aprofundado nas conferências. Factualmente, as temáticas das conferências abarcam demandas mais gerais das sociedades africanas. Entretanto, os silêncios sobre as necessidades particulares das nações africanas e a baixa representação nas conferências são elementos que merecem uma investigação mais aprofundada. Deter-me-ei, a partir de agora, nesta análise.

3 CAPÍTULO II: AS TEORIAS FEMINISTAS E CONCEITOS MARCO TEÓRICO

Neste capítulo, proponho a fazer um apanhado geral acerca das teorias feministas e principais conceitos apresentados e discutidas pelos diferentes teóricas e feministas, focando principalmente no debate acerca da justiça de gênero e seus pilares, quais sejam: reconhecimento, redistribuição e representação. O propósito consiste em trazer de uma forma mais geral os debates acerca das teorias feministas à luz destes três conceitos, os quais denomino de três “Rs”. Para tanto, amparo-me fundamentalmente na concepção de justiça de gênero da Nancy Fraser, recorrendo outrossim aos debates promovidos por Anne Phillips sobre representação; e Iris Young sobre reconhecimento. Por último, de uma forma especial, abordo as contribuições do feminismo africano na base dos três conceitos acima mencionados.

Essas contribuições conceituais auxiliam na compreensão da condição de vida das mulheres e, principalmente na eliminação da discriminação, desigualdade e violências às quais as mulheres foram (e continuam sendo) impostas ao longo dos séculos. Nesse sentido, a ideia de justiça de gênero ensejada nos três “Rs” pode garantir o máximo de reconhecimento dos direitos e garantia de oportunidades iguais para todas as mulheres. No que diz respeito ao conceito de redistribuição, este garante uma redistribuição econômica mais justa de forma a corrigir as formas materiais de exploração e marginalização das mulheres. O reconhecimento, por sua vez, preocupa-se com as variadas modalidades de discriminação de gênero, raça, etnia, religião entre outros elementos identitários, bem como suas interseccionalidade, que incidem sobre as mulheres. Por fim, a da representação política das mulheres versa sobre a necessidade da presença feminina nos espaços decisórios de poder como mecanismo para avançar agendas de seu interesse direto.

3.1 TEORIAS FEMINISTAS

As mulheres há muito tempo vêm se organizando, tanto individualmente assim como coletivamente nas diferentes sociedades, primeiramente como organização de mulheres em busca do reconhecimento dos seus direitos (cívico, divórcio) e contra a discriminação e desigualdade de gênero e em favor da justiça social para o bem de todos os indivíduos. Tendo em conta a sociedade machista e a condição/posição de privilégio em que os homens se encontram, um dos objetivos fundamentais da luta

das mulheres consiste na promoção do bem-estar das mulheres e da igualdade entre os gêneros. As correntes teóricas e os movimentos feministas respondem pelos meios e conceitos para o enfrentamento das desigualdades que incidem sobre as mulheres, apresentando diferentes ideias e contribuições acerca de vários conceitos sobre a condição da mulher na sociedade.

O feminismo como sendo uma corrente de pensamento e que traz diferentes discussões e contribuições acerca de questões e problemas que as mulheres enfrentam no mundo através de diferentes correntes teóricas tem uma longa história. Os primeiros momentos se articulam de uma forma crítica como sendo um movimento social que luta pelo direito e liberdade das mulheres (WOLLSTONECRAFT, 2016). Com isso percebe-se a necessidade, em primeiro lugar, da libertação de todas as mulheres por meio da emancipação das mesmas. Portanto, entende-se a emancipação como sendo o primeiro passo para a extensão dos preceitos liberais de autonomia e igualdade sem discriminação pelo sexo. A partir desta agenda inicial, o feminismo desenvolveu-se e ampliou seu escopo, especialmente ao longo do século XX (GARCIA, 2011).

Tradicionalmente, para melhor situar a história da luta das mulheres, algumas autoras dividem esse momento em ondas (GARCIA, 2011; ZERILLI, 2006). Embora haja formas alternativas de se construir a narrativa do feminismo – por temas (HAWKESWORTH; DISCH, 2018) ou por regiões (BALLESTRIN, 2017; MATOS, 2010), por exemplo –, o mais importante aqui não é a forma como as diferentes autoras ou feministas dividem esta história, mas sim como se situa o desenvolvimento do feminismo como teoria e movimento. Portanto, para abordagem deste trabalho, opto pela denominação de ondas de acordo com abordagem clássica (CASIMIRO, 1989; GARCIA, 2011).

Levando em conta as lutas desencadeadas pelos diferentes movimentos feministas, especificamente nos contextos europeu e norte-americano, Casimiro (1989) apresenta três fases, quais sejam: a primeira onda, caracterizada pelo movimento feminista sufragista; a segunda onda, ou o movimento feminista da igualdade, que teve o seu início após a Segunda Guerra Mundial e vai até meados da década de 1980; e a terceira onda, denominada de feminismo da diferença, a partir de finais da década de 1980.

A primeira movimentação ativista e teórica feminista se desenvolveu na Europa Ocidental, nos meados do século XVIII, na Inglaterra, em que as mulheres se

articulavam exigindo de uma forma crítica os seus direitos civis e políticos, isto é, o direito para exercerem os seus deveres cívicos, acesso à educação, direito a herdar, a ter propriedade e assim como a assinatura dos contratos de trabalho. Por outro lado, na América do Norte, a reforma antiescravagista informou o movimento feminista, exigindo o reconhecimento dos seus direitos e reconhecimento da liberdade para todos os grupos sociais (CASIMIRO, 1989). Ou seja, foi nesse momento em que os movimentos organizados tanto nos EUA como na Europa pautaram a questão do sufrágio. Ademais, esses movimentos exigiam a igualdade no salário entre homens e mulheres e a custódia dos/as filhos/as.

Esse momento é denominado como a primeira onda do feminismo (Casimiro, 1989). Portanto, nesta primeira fase, os principais conceitos trazidos ou discutidos foram a igualdade e reconhecimento dos direitos liberais. Subjacente a esta demanda estava a ideia de garantir que as mulheres pudessem usufruir do mesmo direito e oportunidades que os homens. Apesar das diferenças nacionais, os movimentos feministas possuíam agendas em comum, nomeadamente: fim da opressão e da hierarquia produzida pela clivagem do sexo; reconhecimento dos direitos e liberdades de forma igualitária entre homens e mulheres (CASIMIRO, 1989; GARCIA, 2011; WOLLSTONECRAFT, 2016).

A segunda onda do feminismo, ou o movimento feminista da igualdade, teve o seu início após a Segunda Guerra Mundial, eminentemente nos anos de 1960 e estendendo-se até 1980. Seu lema, que o tornou reconhecido principalmente em seus primeiros anos, era a ideia de que o pessoal é político (GARCIA, 2011; HEBERLE, 2018; ZERILLI, 2006). Porém, essa fase é a continuidade da luta das mulheres no que tange a direitos que não foram conquistados na primeira onda. A tomada da consciência das mulheres levou-as a questionar os papéis atribuídos a homens e mulheres, papéis estes que as colocam em um papel de subordinação ante o sexo masculino (BEAUVOIR, 2019). Portanto, diferentemente da primeira onda do feminismo, a segunda se articula em prol da igualdade entre os sexos e o fim da discriminação contra as mulheres. Nessa fase do feminismo, as mulheres identificavam o problema da desigualdade que existia e que ainda persiste na maioria das sociedades, fato que as motivam a lutar a fim de conquistar uma plena igualdade entre os sexos. Com isso, surgiram novos questionamentos como: ênfase na elaboração do conceito do gênero, como categoria de análise, reivindicação pelo domínio do próprio corpo, direito à participação das mulheres no mercado de trabalho,

direito ao salário igual aos homens, igualdade no cuidado dos filhos e do lar (espaço privado). Entretanto, a gerência dos trabalhos no espaço doméstico por parte somente das mulheres dificultava e ainda dificulta na maioria das vezes a inserção e a participação das mulheres nos espaços públicos. Mas o fato é que nessa fase do feminismo, foi possível o questionamento do antigo paradigma tradicional da separação entre o público e o privado, em que as questões que antes eram considerados do espaço privado foram levadas à esfera pública para serem discutidas e resolvidas.

A separação entre público e privado foi um dos principais temas da segunda fase por cristalizar as hierarquias e desigualdades vivenciadas pelas mulheres na sociedade, economia e política (PATEMAN, 1989). Segundo essa perspectiva, às mulheres são atribuídos papéis que as confinam no espaço da domesticidade (privado), onde prevalecem funções de cuidado e manutenção simbólica da família. Aos homens é conferida a universalidade do espaço público do trabalho formal e da política (OKIN, 2008; PATEMAN, 1989). Ao mostrar a impossibilidade da separação das duas esferas, as feministas da segunda fase problematizaram os papéis de gênero e revelaram as desigualdades ensejadas na divisão sexual do trabalho (PATEMAN, 1989). Portanto, a separação das duas esferas, não passa de uma forma da exclusão das mulheres do espaço público, onde poderiam participar de uma forma direta na elaboração das demandas que também lhes dizem respeito.

Porém, essa fase se preocupa de uma forma específica com as questões ligadas às mulheres e com isso, propuseram uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, diferentemente das formas anteriores em que as mulheres não tinham a liberdade nem autonomia para decidir sobre assuntos que dizem respeito a elas. No entanto, nesta fase, as mulheres passaram a exigir a liberdade e autonomia delas decidirem sobre as suas vidas, acabando assim, com as diferentes formas de dominação sobre elas.

É no seio deste debate sobre a dicotomia entre público e privado, e sobre a clivagem do gênero que se constitui o problema do reconhecimento. O conceito reconhecimento se baseia na perspectiva de uma dimensão cultural para compreender as formas como o gênero opera discriminações. As relações de subordinação são compreendidas, nesta óptica, como entrincheiradas em torno do gênero, especificamente pela naturalização de papéis atribuídos a homens e mulheres. A identidade produzida pelo gênero, portanto, é denunciada como fonte de

desigualdades e, principalmente, de discriminação. Não por acaso, o grande enfoque da segunda onda deu-se justamente em enfrentar as formas de dominação e hierarquização simbólicas cristalizadas pelos papéis de gênero.

A terceira onda do feminismo, também conhecida como feminismo da diferença, de acordo com Casimiro (1989), desenvolveu-se no Ocidente a partir do final dos anos 1980 e o início de 1990. Nessa fase do feminismo, foram levantadas questões sobre as políticas de identidade, assim como a questão da diferença, não somente entre homens e mulheres, mas também entre diferentes mulheres pertencentes às raças/etnias, nações e religião distintas. Porém, nesta fase, busca-se extrapolar o próprio conceito de mulher como sendo uma categoria de análise, trazendo consigo a diferença entre diferentes grupos de mulheres. Embora consideradas sob um único rótulo, existem diferenças entre estas em termos de status e condição social e cultural que as diferencia umas das outras. Portanto, nessa fase, foi possível o reconhecimento de que as mulheres não são iguais e com isso não há como universalizar os problemas das mulheres tendo em conta a diferença nos problemas em que cada uma ou cada grupo de mulheres enfrenta, sem esquecer-se da forma diferenciada adotada por essas mulheres de forma a enfrentar esses problemas. Foi justamente por meio desse espírito da busca da forma diferenciada de enfrentar tais problemas que faz com que, nessa fase, as mulheres de classes mais baixa, de raças não brancas, do Terceiro Mundo e tantas outras clivagens sociais reclamassem sobre a exclusão por parte do movimento feminista dominado na sua maioria pelas mulheres brancas de classe média-alta. Também foi nessa fase que mulheres no próprio movimento decidiram pensar num movimento mais amplo que incluísse as preocupações e problemas de mulheres negras de classe baixa, lésbicas e mulheres trabalhadoras.

Por outro lado, esse mesmo movimento da terceira onda suscitou debates ontológicos e epistemológicos sobre a diferença que subvertiam a lógica de um feminismo fundado na categoria mulher. O conceito de performance de Butler, bastante influente nessa onda, considera a categoria mulher como insuficiente, assim como a ideia de gênero, justamente por não conseguirem dar conta da diversidade das manifestações generificadas performadas pelos indivíduos. Portanto, para ela, “não existe uma identidade de gênero por trás das expressões de gênero, e que a identidade é performativamente construída” (BUTLER, 2003, p. 180). Nesse sentido, há uma impossibilidade de falar da mulher de uma forma universal, bem como do

próprio gênero, dado que este resulta da própria performance. Com isso, as feministas deram uma renovada no movimento feminista, com abertura as outras questões para além do sujeito mulher, passando a problematizar as performances de gênero que constroem, desconstroem e reconstroem as identidades dos indivíduos.

No mesmo momento histórico da terceira onda, desenvolve-se, em paralelo, o feminismo interseccional, profundamente caro ao feminismo negro. O conceito de interseccionalidade refere-se às diversas formas como clivagens identitárias distintas interagem na construção de novas formas de opressão (CRENSHAW, 1989 e 1991; HILL COLLINS, 2019). Destacam-se, nessa corrente, os diferentes tipos de opressão enfrentados pelas mulheres negras, especialmente nas sociedades miscigenadas. Nestas sociedades, a discriminação e violência baseadas no gênero estão acopladas à discriminação com base na raça, e por fim, classe, promovendo um tipo de opressão particular, uma vez que conjuga estes dois fenômenos em uma modalidade própria de desigualdade, a qual incide com maior força sobre as mulheres negras. Nesse sentido, não há como dissociar as opressões às quais as mulheres negras são submetidas, uma vez que elas estão interligadas.

Ainda no mesmo momento, a partir dos anos de 1980, houve uma projeção dos feminismos subalternos. Os feminismos subalternos abarcam diferentes movimentos de mulheres feministas, tanto acadêmicas ou não, que se caracterizam através de designações “geopolítica, culturais e étnicos-raciais, dando início as novas expressões do feminismo que ao longo do tempo foram deixadas de lado por feminismo Ocidental ao tentar se universalizar o feminismo” (BALLESTRIN, 2017, p. 1040). Os feminismos subalternos trazem para as suas agendas novas questões, tais como etnia, nacionalidade e classe, principalmente dentro do contexto do colonialismo (MENDOZA, 2018; SPIVAK, 2012). Em larga medida, a preocupação fundamental dessas correntes consiste justamente em situar as violências da colonização dentro de uma leitura de gênero mais ampla, que dialoga outrossim com o racismo característico das relações entre metrópole europeia e colônias (BALLESTRIN, 2017).

3.2 CONCEITOS: RECONHECIMENTO REDISTRIBUIÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Quando se pensam as demandas das mulheres no contexto das três ondas feministas, emergem três conceitos que categorizam e conferem significado às injustiças vividas pelas mulheres, quais sejam: redistribuição, reconhecimento e

representação. A articulação desses conceitos em torno de uma concepção de justiça de gênero tripartite foi elaborada por Nancy Fraser (2007) como parte de seu debate no seio da teoria crítica e em resposta às questões da política de identidade suscitadas por Iris Marion Young (1991). Nesta seção, denomino esses conceitos de três “R” e discuto-os à luz da proposta de Fraser para, no capítulo seguinte, fundamentar a construção das categorias de análise que informam a parte empírica deste trabalho.

Abordar a justiça de gênero na óptica dos três “Rs” significa, a princípio, três garantias ou correções das opressões vivenciadas pelas mulheres: 1. a garantia de uma redistribuição econômica justa; 2. o reconhecimento da diferença e não discriminação contra as mulheres; e 3. uma representação política nos espaços de poder e principalmente nos espaços decisórios. A princípio, essas três dimensões podem ser tratadas sem uma hierarquização de prioridade, tendo em vista que seus efeitos, muito frequentemente, inter cruzam-se.

A redistribuição econômica exige uma distribuição de recursos econômicos de uma forma igual e justa, visando a reparar a exploração e a marginalização materiais das mulheres. Com isso, Fraser (2007) prioriza a redistribuição como sendo a precursora da igualdade e uma possível justiça social. A forma como o capitalismo funciona acaba gerando desigualdades econômicas de um grupo em detrimento do outro, isto é, a criação da hierarquia de classe, e principalmente a de gênero nas diferentes sociedades. Portanto, diante de tal injustiça social de natureza econômica durante séculos, faz-se necessário a criação de um mecanismo de redistribuição, o qual permitirá com que os grupos desprivilegiados (mulheres, negros e pobres) que, histórica e sistematicamente foram afetados pela má distribuição de renda ou riqueza, possam beneficiar das riquezas que há muito tempo atrás seria impossível de obter. Portanto, para Fraser, para alcançar a igualdade econômica, o Estado precisa criar condições para que todas as pessoas possam ter acesso às mesmas oportunidades materiais. São exemplos o acesso à educação, moradia, saúde e todos os outros direitos sociais que permitem a emancipação material dos indivíduos subordinados. Portanto, é nesse sentido que a redistribuição econômica é importante, uma vez que as pessoas, principalmente as mulheres, podem acessar as oportunidades econômicas, rompendo suas relações de dependência em relação ao homem.

A segunda dimensão de justiça de gênero refere-se ao reconhecimento, conceito que presa sobre a valorização da diferença e pluralidade de identidades. No âmbito

desta dimensão, a diferença abarca a multiplicidade de identidades culturais, estilos de vida, diversidade de raça, sexualidade e etnias, e compreende, como parte das políticas de reconhecimento, que essas diferenças devem ser respeitadas. Essa questão é explicitada por Phillips (2009, p. 229) “as injustiças culturais, por contraste, têm suas raízes na ordem cultural ou simbólica”. Por exemplo, a dominação e o discurso da superioridade de uma cultura sob a outra; o não reconhecimento da existência das diferenças culturais; e as diferentes manifestações de discriminação da diferença, seja ela de gênero, raça, cultura, etnia, religião. Diante disso, uma das formas de reparação desses danos é o reconhecimento, de forma a valorizar o que há muito tempo atrás foi ignorado (PHILLIPS, 2009).

O terceiro e último conceito que é a representação, como sendo a terceira dimensão da justiça de gênero. Portanto, a diferença em termos de gênero, implantada nas diferentes sociedades, que acaba por afetar de forma negativa a maioria das mulheres nas diferentes sociedades, cria desigualdades em termos de representação política. A presença feminina nos espaços de poder ainda é bastante restrita na maioria dos países, em larga medida por não se considerarem as mulheres como aptas a atuar no espaço político (PHILLIPS, 2011). Por isso, a ideia de representação política das mulheres devem ultrapassar os espaços políticos onde as leis não são criadas, mas sim, ir além desse espaço, de forma a garantir uma efetiva participação política das mulheres em todos os espaços de poder e principalmente, nos espaços decisórios de forma a levarem as suas demandas, com isso criar leis e políticas públicas que vão beneficiar as mulheres em todas as formas. Não por acaso, leis de cotas vêm sendo implementadas em diversos países como forma de estimular a presença feminina na política.

A proposta da concepção de justiça de gênero tridimensional fornece um dos caminhos mais importante para uma possível justiça social, que quase todas as mulheres no mundo almejam. Nesse sentido, ao trazer a questão sobre gênero na perspectiva dos três “R”, estabelece-se um marco para se atacarem as diversas formas como as injustiças incidem sobre as mulheres.

Por outro lado, há um debate bem forte acerca dos três conceitos. Fraser foca o seu debate respectivamente mais no conceito da redistribuição, não somente pelo fato da sua perspectiva crítica, mas também, pelo fato de alguns autores e autoras vêm se distanciando do debate acerca dos problemas socioeconômicos, especificamente do conceito de redistribuição para reconhecimento. Para ela, os problemas de

reconhecimento, assim como de redistribuição são todos importantes, e para resolver as questões no qual as mulheres enfrentam no mundo, todos os três “Rs” precisam ser resolvidos. Pois, para Fraser os problemas socioeconômicos, ligada a exploração e a marginalização de um grupo em detrimento do outro ainda não foram resolvidos, e com isso, o deslocamento da luta de justiça socioeconômico para a justiça de reconhecimento não é um algo bom, porque existe um alto risco de deslocamento entre as duas por falta da diferenciação. Ou seja, algumas formas de lutar contra a injustiça cultural pode pôr em causa a luta desencadeada contra a injustiça socioeconômico. Em contraste com Fraser, Young realça a continuidade mutuo de reforço em termos de enfrentamento ou resolução dos problemas ligadas as questões econômicas assim como culturais. Embora, ambas reconhecem a existência de problemas ligadas a injustiças econômicas e culturais nas diferentes sociedades.

3.3 FEMINISMO AFRICANO Á LUZ DA JUSTIÇA TRIPARTITE

O feminismo africano, como corrente teórica teve o seu início no século XX, com a contribuição das mulheres ativistas que desencadearam a luta para a os direitos das mulheres no continente. São exemplos de mulheres que lutaram para causa feminina: Adelaide Casely-Hayford, feminista e ativista que contribuiu muito para os direitos das mulheres na Serra Leoa; Charlote Maxeke, que em 1918 fundou a Liga das Mulheres Bantu na África de Sul; Huda Sharaawui.

Outro marco também a ser considerado como base do feminismo africano são as lutas de libertação nacional de alguns países africanos como: Guiné-Bissau, Angola Moçambique e Quênia, onde as mulheres lutaram ao lado dos homens pela independência dos seus países, pelo fim do patriarcado e também pelos direitos das mulheres (FIGUEIREDO; GOMES, 2013; GOMES, 2016). Essas agendas foram conduzidas por meio de organizações de mulheres que foram criadas nesse momento histórico, servindo como espaços para a emancipação e o empoderamento feminino durante e após a luta.

O feminismo africano se consolidou durante a Década das Mulheres das Nações Unidas. Deste então, o movimento vem-se organizando de uma forma mais ampla ações em prol de alguns problemas em torno dos três “Rs”: Redistribuição, reconhecimento e representação.

Quanto a redistribuição, a questão do desenvolvimento são primordiais, uma vez que afeta de maneira mais perniciosa a vida das mulheres em diferentes partes do continente. Nesse viés, Mama (1997) acredita que a pobreza no continente africano e a riqueza no Ocidente estão eminentemente ligadas, tendo em conta a intervenção militar, a exploração de recursos, a propaganda das ONGs, das dívidas externas injustificáveis, as práticas comerciais e de outras práticas neocoloniais dos países considerados mais poderosos têm implicações devastadores na capacidade de Estados africanos de lidar com alguns principais fatores como: a saúde das mulheres, emprego e educação.

No que se refere à categoria do reconhecimento, a penetração colonial no continente foi acompanhada não só com a violência, mas também com a dominação cultural e a exploração baseada nas divisões sociais na cultura africana e na discriminação baseada no gênero, raça, religião e etnia (BALLESTRIN, 2017; MAMA, 1997). A evidência histórica indica que a penetração colonial foi, ao mesmo tempo, um processo violento e gerado, que explorou as divisões sociais preexistentes na cultura africana e instaurou novas modalidades de subalternidade. O período colonial, portanto, caracterizou-se pelo aumento da vulnerabilidade das mulheres africanas a vários tipos de violência.

Já a dimensão da representação política torna-se premente a partir do momento em que as mulheres são apartadas das esferas decisórias. O caso das lutas de independência é emblemático: se durante o processo de descolonização as mulheres eram necessárias no campo de batalha, uma vez obtidas as independências e os Estados constituídos, sua presença na política se tornou indesejável (FIGUEIREDO; GOMES, 201X; GOMES, 2016). Não por acaso, os debates recentes no continente visam a corrigir essa injustiça perpetrada no âmbito da representação política, seja nas esferas decisórias, seja nas esferas burocráticas (BOND, 2018; WILLIAMS, 2018).

4 CAPÍTULO III: METODOLOGIA

Este trabalho objetiva analisar as interpretações dos significados da mulher africana nos documentos oficiais das quatro Conferências Mundiais da Mulher, organizadas pela Organização das Nações Unidas em diferentes países. Neste capítulo, apresento a metodologia aplicada na realização deste estudo. A metodologia de pesquisa de acordo com Gil (2008), é um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Quanto à classificação do objetivo, para a realização deste estudo foi usada uma abordagem quantitativa baseada na técnica de análise do conteúdo de dados oficiais, retiradas na base de dados das Nações Unidas.

Em termos do caráter da pesquisa, esta enquadra-se como uma pesquisa descritiva. De acordo com Oliveira (2011), este tipo de pesquisa busca descrever uma situação em detalhe, permitindo assim, uma abrangência com exatidão acerca das características de uma situação ou grupo, assim como desvendar a relação entre os eventos. No caso em tela, o resultado é uma caracterização descritiva – mas também analítica – da forma como as mulheres africanas aparecem nos diferentes documentos oficiais da ONU.

4.1 FONTES DOS DADOS

Neste trabalho, utilizo como fonte quatro relatórios das quatro Conferências Mundiais de Mulher que são: o primeiro Relatório da Conferência Mundial do Ano Internacional das Mulheres; a segunda, Relatório da Conferência Mundial das Nações Unidas Década das Mulheres: Igualdade, Desenvolvimento e Paz; terceiro, Relatório da Conferência Mundial das Nações Unidas para Analisar e Avaliar as Realizações da Década das Mulheres: Igualdade, Paz e Desenvolvimento; quarta e última, Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial.

Relativamente à primeira conferência, no relatório produzido, foram adotados alguns documentos importantes como: Declaração do México sobre a Igualdade das Mulheres e sua contribuição para o Desenvolvimento e a paz, 1975; Planos de Ação, e Resoluções e Decisões.

No que tange à segunda Conferência, também no seu relatório produzido no final da conferência, foram adotados os seguintes documentos: Decisões da

Conferência; Programa de Ação para a segunda metade da Década das Nações Unidas para as Mulheres e por último, a Resoluções e Decisões adotadas pela Conferência.

Na terceira conferência, e quanto ao seu relatório, foram adotados os seguintes documentos: Decisões da Conferência; Estratégias Prospectivas de Nairóbi para o Avanço das Mulheres, e por último, Resoluções e Decisões.

Por fim, a quarta e última conferência. Nela, também foram adotados os seguintes documentos: Declaração de Objetivos; Contexto Mundial; Áreas Críticas de Preocupação, Objetivos Estratégicos e Ações; Disposições Institucionais e Disposições Financeiras. Neste caso, o documento já trouxe a Declaração e o Plano de Ação.

Os documentos oficiais acima citados, como já foi referido, foram retirados do repositório digital da ONU mulheres. Utilizou-se as versões em inglês dos relatórios, exceto o da quarta conferência, tendo em vista a disponibilidade do mesmo em português.

4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Como mencionado acima, este trabalho analisa em particular as interpretações dos significados da mulher africana nos documentos oficiais das quatro Conferências Mundiais de Mulher. Para a análise dessas interpretações dos significados foi necessário o uso da análise de conteúdo. A análise de conteúdo, de acordo com Bardin, é definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

Outra visão acerca de análise de conteúdo é definida de seguinte forma:

uma técnica para se estudar e analisar a comunicação de maneira objetiva e sistemática. Buscam-se inferenciais confiáveis de dados e informações com respeito a determinado contexto, a partir dos discursos escritos ou orais de seus atores e/ ou autores (MARTINS; THEOPHILO, 2009, p. 98).

De acordo com Bardin (2011), para a realização de análise de conteúdo, devem-se seguir três etapas importantes que são: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

4.3 PRÉ-ANÁLISE

Essa etapa consiste em estabelecer contato com os documentos, através da leitura “flutuante” dos documentos a serem analisados posteriormente de uma forma não consolidada. Em seguida, deve-se proceder com a seleção e organização do material a ser utilizado. Durante a leitura dos documentos, a hipótese provisória e objetivos que propomos verificar podem ser formulados de uma forma a confirmar ou informar posteriormente, recorrendo aos procedimentos de análise (BARDIN, 2011).

Nessa etapa, foram selecionados quatro relatórios oficiais derivados das quatro Conferências Mundiais de Mulher. No primeiro momento, fez-se uma leitura superficial, que permitiu a escolha da questão que norteia esse trabalho, com o apoio da bibliografia já conhecida. A seguir, foram observados os três conceitos no qual denomino de três “Rs”, relacionados com a questão norteadora e apresentados no capítulo teórico deste trabalho. Com isso, foram identificados na fase de seleção de categorias para a análise temática, os temas ou frases relacionados/as aos três conceitos escolhidos.

4.4 EXPLORAÇÃO DO MATERIAL

A segunda etapa, denominada de exploração do material, consiste na aplicação de uma forma sistemática das decisões tomadas na primeira fase. Ou seja, é uma fase de codificação ou tratamento, através da organização e aglomeração dos dados brutos encontrados com base no assunto. Nesta fase, também foi possível a definição da unidade de registro, a regra de contagem e as categorias. De acordo com Bardin (2011), a unidade de registro refere-se à unidade de significados a serem codificados, podendo ser tema, palavra ou frase.

A regra de contagem reproduz o modo de contagem ou examinação da presença dos elementos a serem registrados. Quanto à divisão de categoria, refere-se a divisão de elementos a serem analisados em categoria. Neste trabalho, foi utilizado como medida de contagem de aparição de unidade de registro, a frequência,

isto é, o número de vezes em que as diferentes palavras e temas ligados às mulheres africanas aparecem nos documentos analisados. A partir dessa unidade de registro, aplicaram-se os três “Rs” (redistribuição, reconhecimento e representação).

A definição da categoria, permitiu o agrupamento dos temas e frases ligadas aos três “Rs” com base nas interpretações dos significados da mulher africana. As categorias, de acordo com Bardin (2011) são marcas ou sinais que aglomeram um grupo de informações ou rudimentos, considerando anteriormente um título definido, organizando-os por características. Essas categorias, de acordo com Bardin (2011), devem obedecer aos seguintes critérios: semântico, sintático e/ou expressivo. Para este estudo foi usado o critério de categorização semântica, que é a classificação dos temas por elementos escolhidos (por exemplo, agrupamento de todos os temas e frases ligados aos três Rs). Nesse sentido, o quadro X sintetiza as categorias e sua definição

Quadro 5 - Categorias analíticas: 3Rs

Categoria	Definição
Redistribuição	Distribuição de uma forma igual e justa de renda ou recursos econômicos, isto é, uma igualdade econômica. Ou seja, a redistribuição socioeconômica
Reconhecimento	É uma política cultural, baseada na não dominação cultural e defesa das diferentes identidades. Isso significa em primeiro lugar, o reconhecimento da diferença, (tanto cultural, de gênero, raça/etnia e classe), a valorização cultural e respeito as diferentes culturas; Diz respeito ao reconhecimento social, isto é, uma justiça cultural de valorização cultural; permitir a

	interação política como pares em condições de igualdade.
Representação	Participação equitativa de gênero ou de diferentes grupos; igualdade de oportunidade e representação política; ou seja, dar voz a todas as pessoas e garantir a implementação das suas demandas.

Fonte: Autoria própria, com base em Fraser (2007) e Phillips (2009).

4.5 TRATAMENTO DO MATERIAL

A fase de tratamento de material de acordo com Bardin (2011) é a forma de tratar os resultados de forma a serem significativos e válidos. Esta operação estatística permite estabelecer quadros de resultados que condensam e põem em consideração as informações fornecidas pela análise.

No contexto deste trabalho, trato os dados a partir da frequência das ocorrências de cada categoria nos quatro documentos das conferências. Apresento os resultados por meio de números absolutos, porcentagens, quadro e gráficos.

5 CAPITULO IV: RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, apresento os resultados encontrados de acordo com a análise feita com base nos quatro relatórios das quatro Conferências Mundiais da Mulher analisadas. Em seguida, trago para discussão esses resultados de forma a compreender as interpretações dos significados da mulher africana nos diferentes documentos oficiais das conferências acima mencionadas. O resultado e discussão permitem a compreensão das diretrizes, sobretudo, das vezes e formas que as mulheres africanas aparecem nos diferentes documentos oficiais com base nas três categorias: redistribuição, reconhecimento e representação.

Levando em conta as unidades de registro escolhidas, iniciou-se a exploração do material para a determinação das categorias que abrigam as diretrizes analisadas. Os termos definidos para a busca sistemática no texto foram: África, Mulheres Africanas, Mulher Africana, Mulheres na África e Feminismo Africano. Os congêneres em língua inglesa foram utilizados nos relatórios em inglês.

5.1 RESULTADOS

Nos diferentes documentos analisados, levando em conta a três categorias redistribuição, reconhecimento e representação foram encontrados, no primeiro relatório, 32 ocorrências da categoria redistribuição, vinculadas a demandas socioeconômicas das mulheres africanas. Em segundo lugar, aparecem 6 ocorrências vinculadas ao reconhecimento. Finalmente, quanto à representação política, nenhuma categoria foi encontrada.

No que diz respeito à Segunda Conferência, quanto à categoria de redistribuição, foram encontradas 2 ocorrências ligadas às mulheres africanas. Em segundo lugar, veio a categoria de reconhecimento com 11 ocorrências ligadas à dominação cultural das mulheres africanas, nomeadamente no contexto do apartheid sul-africano. Mais uma vez, quanto à categoria de representação, não houve ocorrências.

Em relação à terceira conferência, na categoria redistribuição, apareceram 2 ocorrências vinculadas as demandas socioeconômicas das mulheres africanas. Quanto à categoria de reconhecimento, apareceram 10 ocorrências ligadas às questões culturais das mulheres africanas. E no que tange à representação política

das mulheres africanas, mais uma vez, não foi encontrado nenhuma ocorrência ligada a essa categoria.

Por fim, na quarta e última conferência, a categoria de redistribuição apresentou 7 ocorrências ligadas às demandas socioeconômicas das mulheres africanas. Enquanto que na categoria de reconhecimento, foi encontrada 1 ocorrência ligada as questões culturais das mulheres africanas. E por fim, no que tange à representação política, não foi encontrada nenhuma ocorrência vinculada a essa categoria no que diz respeito às demandas das mulheres africanas.

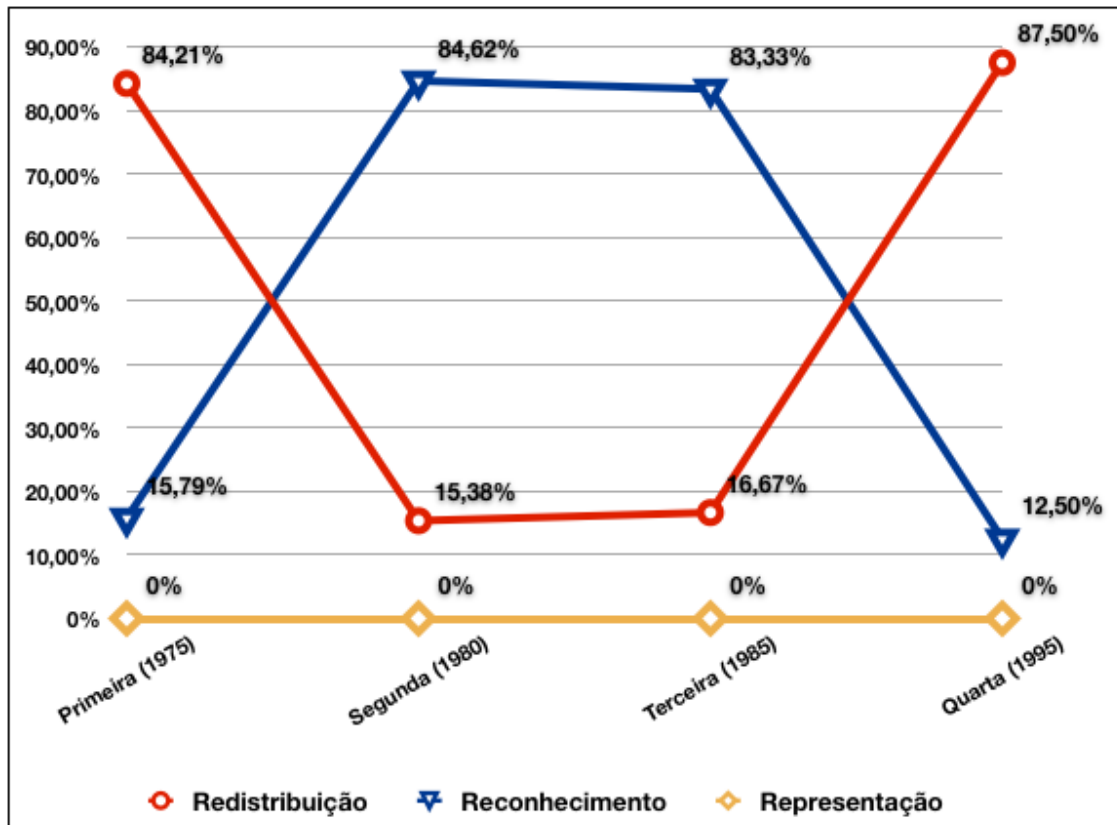
De maneira sintética, a tabela 2 apresenta a quantidade de ocorrências por categoria no que se refere às demandas das mulheres africanas nos diferentes documentos analisados.

Tabela 1 - Quantidade de ocorrência por categoria nos relatórios analisadas

Categoria	Conferências				Total por categoria
	Primeira	Segunda	Terceira	Quarta	
Redistribuição	32	2	2	7	43
Reconhecimento	6	11	10	1	28
Representação	0	0	0	0	0
Total	38	13	12	8	71

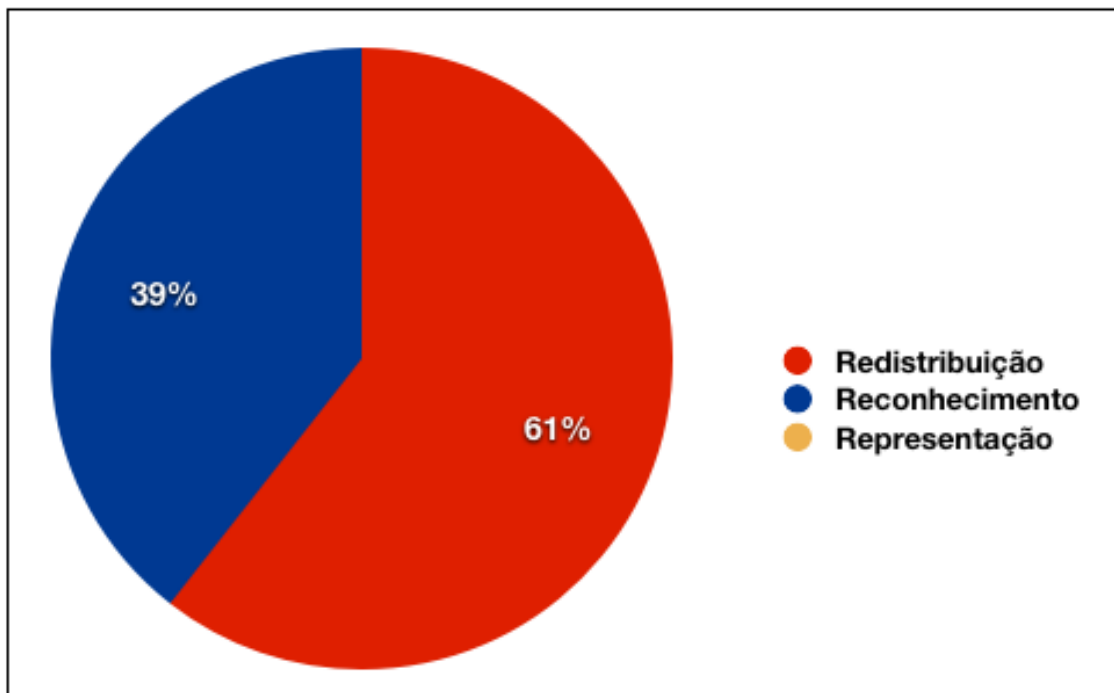
Fonte: Autoria própria.

De forma a visualizar a evolução do debate, a figura 1 apresenta a variação de cada categoria ao longo das quatro conferências. O gráfico reflete apenas a associação das categorias às demandas das mulheres africanas.

Gráfico 1 - Evolução das categorias nas quatro conferências, 1975-1995

Fonte: Elaboração própria.

Finalmente, a figura 2 sintetiza as ocorrências totais das categorias nos quatro relatórios. Percebe-se que a categoria de representação política, no que tange às associações categóricas com as mulheres africanas, não apresentou nenhuma ocorrência.

Gráfico 2 - Proporção das categorias no total de relatórios, 1975-1995

Fonte: Elaboração própria.

5.2 DISCUSSÃO

Finalizado o processo de verificação da identificação das categorias, foi possível ter uma visão preliminar sobre como e quantas vezes as demandas das mulheres africanas apareceram nos documentos oficiais das conferências. No primeiro relatório algumas ações foram definidas no que tange às problemáticas das mulheres no geral, mas especificamente no que tange às mulheres africanas, em apenas 2 de 13 seções aparecem referências às mesmas, especificamente na terceira seção, na primeira, terceira e oitava alíneas, todas com temáticas ligadas ao apartheid na África de Sul. Como situado no marco teórico, o regime discriminatório do apartheid caracteriza-se como uma injustiça no campo da dominação cultural e racial, enquadrando-se, portanto, como uma demanda que diz respeito à categoria de reconhecimento.

Quanto ao segundo relatório, também nas suas seis seções apresentadas, as questões ligadas ao continente, especificamente às mulheres africanas, apareceram em 3 das 6 seções: na primeira, alínea “b”, decimo sexto e quadragésimo quinto lugar; na terceira seção, apareceram na alínea “k”; e, por último, na quinta seção, alínea “a”

terceiro lugar e alínea “b” terceiro lugar. No terceiro relatório, relativamente as demandas das mulheres africanas, observando o sumário do relatório, no total de cinco seções, as demandas apareceram somente na terceira seção, alíneas “c” e “d”. Por último, no quarto relatório, também sobre as demandas das mulheres africanas, nos seis capítulos apresentados, as demandas aparecerem no segundo capítulo; no quarto, alínea “b”; no quinto alínea “c”; e no sexto, alínea “c”.

Portanto, em todos outros capítulos, seções e subseções apresentadas nos quatro relatórios, as demandas das mulheres africanas somente apareceram de forma específica nos capítulos, seções e alíneas acima apresentadas, e os temas que mais aparecem sobre o continente e especificamente das mulheres são: apartheid, colonialismo e neocolonialismo. Em alguns momentos apareceram assuntos ligadas à educação, treinamento, saúde, situação familiar de mulheres e crianças no continente. Ou seja, todos esses assuntos e temáticas estão ligados à categoria de redistribuição e reconhecimento. A categoria da representação política não apresentou, ao menos de forma específica, nenhuma associação com as mulheres africanas.

Estes resultados, quando postos em perspectiva, reforçam determinadas tendências e debates acerca da compreensão das mulheres africanas nos espaços internacionais. Embora exista uma diversidade de problemas enfrentados por mulheres de todo mundo, é importante salientar que os problemas enfrentados pelas mulheres africanas em alguns casos são diferentes e essa diferença precisa ser considerada de forma a se criarem mecanismos específicos para resolvê-los. Não é por acaso que a tônica das conferências ocorridas durante a Guerra Fria chamaram a atenção, por um lado, para as desigualdades materiais e a necessidade de desenvolvimento nos países do bloco comunista e do Sul Global; e, por outro, para o colonialismo, em especial no continente africano, reconhecendo suas consequências perniciosas para as mulheres (GHODSEE, 2010). Estes eram problemas caros para o conjunto das experiências vividas pelas mulheres africanas no período em tela.

Entretanto, ao mesmo tempo que o enfoque em redistribuição e reconhecimento revela uma preocupação com agendas caras às mulheres africanas, ele também reforça estereótipos sobre o continente africano. As frequentes menções a questões sobre violência e conflitos estereotipam o continente e as pessoas que nele vivem. A própria forma como as feministas do Norte infantiliza as necessidades e as experiências das mulheres do Sul Global reflete-se nesses estereótipos

(BALLESTRIN, 2017; BUNCH, 2012). Compreendo que o momento no qual as três primeiras conferências aconteceram, principalmente a primeira, insere-se no contexto em que alguns países do continente africano acabavam de conquistar as suas independências, estando então preocupados com a construção dos seus Estados. Porém, a participação feminina nesses processos de independência (vide o caso de Guiné-Bissau, por exemplo (GOMES, 2016) tampouco se reflete em uma agenda específica no contexto das conferências, especialmente como demanda de representação política nos diversos espaços do poder. A questão da representação política das mulheres no aparelho de Estado não aparece associada às mulheres africanas, o que abre questionamentos acerca desta demanda como parte das necessidades destas mulheres.

Por outro lado, como foi acima citado, há vários problemas ligados à categoria do reconhecimento no que tange a temáticas que poderiam ter sido levadas em consideração nos debates da conferência e, posteriormente nos documentos oficiais produzidos, mas que acabando sendo silenciadas. O apartheid aparece como a principal e a mais essencial questão de reconhecimento, ignorando a necessidade e a importância das outras demandas ligadas ao reconhecimento no continente. Se compreendemos o colonialismo como fonte de várias injustiças de reconhecimento, todo o continente teria experiências concretas que mereceriam atenção especial nos documentos.

Com isso, o que podemos ver ao analisar os relatórios e os dados mencionados anteriormente é uma tentativa por parte das feministas Ocidentais, principalmente dos EUA, com o apoio do governo no momento, de influenciar as agendas das duas primeiras conferências (1975; 1980), focando nas suas demandas especificamente nas questões ligadas ao gênero (desigualdade baseada no gênero), evitando assim, as discussões sobre temáticas ligadas às categoria de redistribuição de rendas ou bens, no quais essas desigualdades estavam plantadas (GHODSEE, 2009). Essas tentativas não surtiram efeito durante as duas primeiras conferências, devido ao peso que os países comunistas tiveram de influenciar a maioria das representantes de diferentes países em desenvolvimento (o dito Terceiro Mundo à época) a optar por uma agenda voltada a questões como: anti-imperialismo, anticapitalismo, desenvolvimento, geopolítica e paz. As mulheres pertencentes aos países comunistas, acreditavam que as opressões nas quais as mulheres são postas não só se originaram do patriarcado ou da desigualdade baseada no gênero, mas também

da exploração, do imperialismo, do colonialismo, da violência e das guerra travadas em favor de acumulação de riqueza privada ou nacional (GHODSEE, 2009). No final, a aliança dos países comunistas com os do Terceiro Mundo conseguiu agregar com sucesso a agenda, com demandas contra o capitalismo, principalmente na primeira conferência, na qual a categoria redistribuição aparece com um pico de 84,21% das menções às mulheres africanas. Porém, na segunda conferência, ainda que a força dessa aliança tenha se mostrado presente na narrativa do evento, as demandas de reconhecimento tão caras ao Ocidente começam a tomar forma substantiva, em larga medida por conta do apartheid.

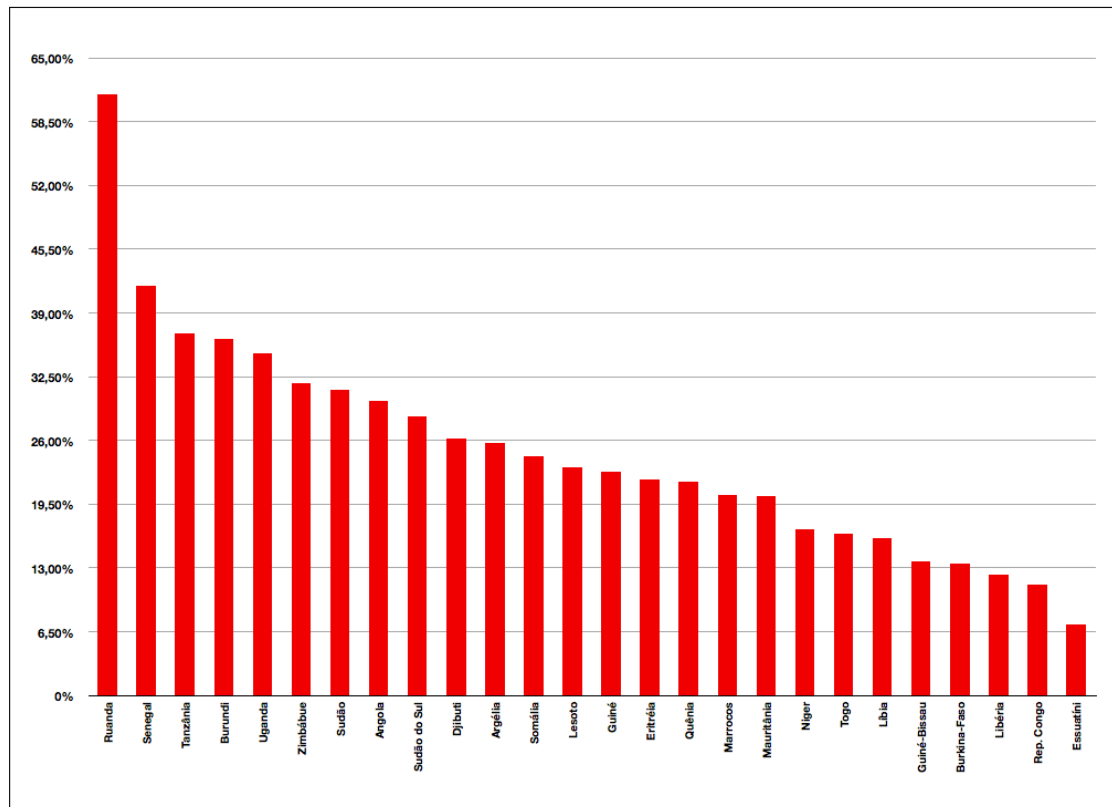
Durante a terceira conferência (1985), as feministas americanas, por meio da estratégia de encaminhamento, conseguiram manter suas agendas, tornando assim a prevalência de uma agenda feminista mais Ocidental com o fim da Guerra Fria, especialmente depois da quarta conferência (GHODSEE, 2010). Isso se nota na manutenção do salto da categoria de reconhecimento nessa ocasião. Como aponta Hemment:

a antiga agenda soviética de “paz” se refletia em apenas uma área que se referia aos efeitos do conflito armado sobre as mulheres. Uma série de questões relativamente novas, como tráfico, violência doméstica e assédio sexual, foram fortemente integradas ao documento, questões que redirecionaram a causa da opressão das mulheres para longe das particularidades dos sistemas econômicos e voltaram para o patriarcal profundamente enraizado. (HEMMENT, 2004 apud GHODSEE, 2009).

Esses resultados, combinados à narrativa histórica das conferências, demonstram que os relatórios não conseguem trazer/apresentar de uma forma mais abrangente as demandas das mulheres africanas. Não por acaso, o continente africano devotou esforços para a criação de um documento que apresenta de forma mais ampla e clara as agendas das mulheres africanas, incluindo as três categorias acima mencionadas.

Nesse viés, foi assinado o Protocolo da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres na África, conhecido como “Protocolo de Maputo”, escrito em março de 1995, assinado em julho e novembro de 2003, e entrou em vigor no dia 25 de novembro de 2005. O Protocolo foi assinado e ratificado por vários países africanos, que se comprometem em garantir os direitos das mulheres, incluído o direito à participação política e nos processos de tomada de decisão. No seu artigo 9 do Protocolo sobre o direito à participação no processo político e de

tomada de decisão, o ponto 1 convida todos os Estados-partes a adotar ações positivas e específicas por cada país de forma a promover a governança participativa e a igualdade de gênero em termos de participação política, através da criação de políticas de ações afirmativas, com base na criação de leis internas e assim como outras medidas. Portanto, todas as outras medidas devem, como aponta o artigo acima mencionado: (a) garantir a participação sem discriminação das mulheres em todas as eleições; (b) garantir a representação das mulheres em todos os níveis com os homens em todos os processos eleitorais; (c) garantir que todas as mulheres são parceiras iguais aos homens em todos os níveis de desenvolvimento e implementação de políticas e programas de desenvolvimento do Estado. Ainda no mesmo artigo, no ponto 2, todos os Estados-partes foram instados a garantir uma representação e participação majoritária e efetiva das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão. Atualmente a política de “cota” para as mulheres em algumas instituições e principalmente no parlamento, de forma a assegurar a igualdade em termos de representação política, são as principais demandas atuais das mulheres africanas. Com isso, os movimentos feministas de diferentes países africanos conseguiram implementar a lei de cota para as mulheres. A figura 3 apresenta a representação das mulheres nos parlamentos dos países onde há lei de cotas para o legislativo.

Gráfico 3 - Mulheres nos Paramentos dos países africanos com lei de cota para o legislativo

Fonte: elaboração própria.

Ademais, a Agenda 2063 da União Africana atua como mais um instrumento de ação para impulsionar o desenvolvimento das mulheres, reafirmando compromissos estabelecidos no Protocolo de Maputo. Entre os objetivos estabelecidos, o objetivo 17 trata da igualdade plena de gênero em todas as esferas da vida, incluindo a representação política. Recomenda, no seu terceiro ponto, que pelo menos em todos os altos cargos a nível local, nacional e regional, e assim como nas instituições judiciárias sejam ocupados por mulheres. Ainda no seu ponto 5, propõe a equidade de gênero nas instâncias decisórias em todos os níveis, de forma a alcançar pelos menos 50-50 entre mulheres e homens. Essas são as metas e demandas especificamente das mulheres africanas em termos da representação política para serem alcançadas para o ano 2023.

Todos estes instrumentos regionais buscam preencher as lacunas das quatro conferências no que tange às realidades específicas das mulheres africanas. Evidentemente, os mesmos se pautam, em larga medida, nos debates que foram cristalizados nas declarações e planos de ação da Cidade do México, Copenhague,

Nairóbi e Pequim. Entretanto, como os dados apontaram, não só as referências às mulheres africanas são de número limitado, como também se restringem a categorias alicerçadas em estereótipos sobre o continente, silenciando temáticas mais complexas e que demandariam detalhamento a nível nacional, como é o caso do colonialismo. Não surpreende, nesse sentido, que, findo o ciclo de conferências e iniciado o novo milênio, os países africanos venham buscado construir acordos mais direcionados para as múltiplas realidades africanas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar as interpretações dos significados da mulher africana nos documentos oficiais das quatro Conferências Mundiais de Mulher, organizada pela Nações Unidas. A questão central foi verificar em que medida as demandas das mulheres africanas são incorporadas aos debates oficiais das Conferências Mundiais de Mulheres. Para melhor compreender essa questão, foram analisados quatro relatórios oficiais das quatro conferências, levando em conta os três “Rs” da justiça de gênero, quais sejam: redistribuição, reconhecimento e representação. Esse estudo foi fundamentado em pesquisa descritiva, baseada em análise de conteúdo.

Ao longo da investigação, evidenciou-se que as demandas que apareceram sobre as mulheres africanas são primordialmente de duas categorias: redistribuição e reconhecimento. Nenhuma demanda especificamente ligada à representação política das mulheres africanas foi encontrada. Para se analisar as demandas, foi verificado através dos termos definidos para a busca sistemática: África, Mulheres Africanas, Mulher Africana, Mulheres na África e Feminismo Africano. As demandas que aparecem sob os rótulos de redistribuição e reconhecimento aparecem ligadas mais com questões do subdesenvolvimento do continente, da violência e conflitos, reforçando não só necessidades, mas também estereótipos sobre o continente e o seu povo.

No entanto, pode-se observar preocupações ligadas às problemáticas das mulheres de quase todos os países que participaram das conferências, propondo medidas que possam minimizar ou acabar com as injustiças enfrentadas nas três dimensões dos três “Rs”. O papel da Organização das Nações Unidas é fundamentalmente importante, principalmente em criar espaço para que mulheres de diferentes nacionalidades possam se encontrar e discutir assuntos especificamente ligadas às mesmas, contribuindo assim para o avanço dos direitos das mulheres. Porém, no que tange aos documentos oficiais, ainda se faz necessário reconhecer as diferentes demandas de uma forma específica, levando em conta as necessidades dos diversos países.

Essa pesquisa favoreceu ainda mais uma reflexão sobre a situação específica da representatividade das mulheres africanas nas conferências, que em todos os relatórios ou documentos oficiais somente aparecem por meio de demandas ligadas

aos assuntos socioeconômicos e culturais, nomeadamente a categoria de redistribuição e reconhecimento. Em todos os relatórios apareceram de uma forma geral os assuntos ou demandas das mulheres ligados aos três “Rs”. Mas não há como negar a ausência das demandas das mulheres africanas de uma forma específica e principalmente no que se refere à representação política.

Perante esse fato, é necessário reforçar a importância da inclusão de mais demandas ou assuntos ligados à representação política das mulheres africanas em qualquer que seja documentos oficiais ligadas as mulheres. Essa realidade só realça a necessidade urgente da ONU – assim como outras organizações internacionais, regionais e nacionais – de se comprometer ainda mais em trazer em discussões, estratégias e ações políticas ligada à problemática das mulheres africanas, nomeadamente a representação política de forma a corrigir tais problemas. A construção de mundo mais justo e igualitária do ponto de vista da justiça de gênero perpassa a necessidade de se investir em ações que corrijam as diversas faces das injustiças que incidem sobre as mulheres, quais sejam: a desigualdades materiais ou socioeconômicas; desigualdades promovidas pela dominação cultural e desigualdades de participação política, principalmente nas esferas decisórias. Ou seja, o avanço na promoção dos objetivos da justiça de gênero exige pensar as problemáticas das mulheres baseando nos três “Rs”: Redistribuição, Reconhecimento e Representação.

No entanto, é importante lembrar que essa não é uma tarefa simples e fácil, visto que essas problemáticas constituem uma realidade enfrentada pelas mulheres há séculos atrás em quase todas as sociedades, sociedades essas machista e patriarcal. Diante disso, é de suma importância que os Estados e as organizações internacionais, regionais e nacionais assumam esses desafios. Outro desafio é mostrar a eleitora e eleitor que as problemáticas ligada a representação política é uma realidade das mulheres africanas e isso poderá ser apresentado/trazido nos documentos oficiais da ONU.

Nos últimos anos, houve uma mudança muito relevante em termos de representação política das mulheres nos diferentes países, mas ainda há muito que fazer para suprimir a desigualdade em termos de representação política baseada no gênero. Na expectativa de transformar essa realidade, as mulheres vêm lutando quase todos os dias com o intuito de um dia conseguirem uma plena igualdade entre homens e mulheres. Nessa luta, os Estados e as diferentes organizações devem levar

em conta a importância da representação política das mulheres nas diferentes sociedades.

REFERÊNCIAS

- FIGUEIREDO, Angela; GODINHO, Gomes Patrícia. **Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil.** Rev. Estud. Fem. vol.24 no.3 Florianópolis. 2016.
- BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. **Feminismos Subalternos.** Florianópolis: Estudos Feministas, 2017.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. -- São Paulo: Edições 70, 2011.
- BIROLI, Flávia. **Responsabilidades, cuidado e democracia.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº18. Brasília, setembro - dezembro de 2015, pp. 81-117. DOI: disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151804>>. Acesso em: 21 de set. 2019.
- BUTLER, Judith P. **Tradução de Renato Aguiar. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 p.
- CASIMIRO, Isabel. **Paz na Terra, Guerra em Casa.** Pernambuco, ed. UFPE 1989.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. 1989. **“Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics.”** *University of Chicago Legal Forum* 1989: 139–167.
- DISCH, Lisa; HAWKESWORTH, Mary. **Introduction: In: The Oxford Handbook of Feminist Theory.** Oxford: Oxford University Press, 2018.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. (2004). **Gênero e políticas públicas.** Revista Estudos Feministas, 12(1), 47-71. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100004>>. Acesso em: 21 de set. 2019.
- FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** Lua Nova, São Paulo, 2007
- GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo.** São Paulo, Claridade Ltda Ed., 2011.
- GOMES, Patrícia. **Gênero e cidadania na Guiné-Bissau: uma evolução histórica. São Leopoldo:** Nova Harmonia, 2009.
- HEBERLE, Renne. **“The Personal is Political”.** In: DISCH, Lisa; HAWKESWORTH, Mary (orgs). *The Oxford Handbook of Feminist Theory.* Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 593-609
- HILL COLLINS, Patricia. **Pensamento feminista negro.** São Paulo: Boitempo, 2019.

_____, Kimberlé Williams. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color.** *Stanford Law Review* 43 (6): 1241–1299. 1991

MAMA, Amina. Heroínas e Vilões: **conceituando a violência colonial e contemporânea contra as mulheres na África.** In: ALEXANDER, Jacqui; MOHANTY, Chandra Talpade. *Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures.* New York/London: Routledge, 1997. 19 p. Tradução de Caterina Rea.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas.** 2.ed. São Paulo, atlas. 2009.

MENDOZA, Breny. **Coloniality of Gender and Power *From Postcoloniality to Decoloniality.*** 2016

NDATE Yalla Mbodj (1810-1860) P. David Boilat, **esquisses sénégalaises** (1853). A Biblioteca Pública de Nova York.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o Público e o Privado.** Florianópolis. Estudos Feministas, 2008.

PATRÍCIO BATSÍKAMA, Patrício. **A mulher na luta de libertação e na construção do Esta-Nação em Angola: o caso de Luzia Inglês Van Dúnem.** Revista Cantareira- ed. Jul-dez, 2016.

PEDRO, Claudia Bragança, GUEDES, Olegna de Souza. **As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres.** Universidade Estadual de Londrina, junho, 2010.

RUBIN, Beatriz. **O papel das conferências mundiais sobre as mulheres frente ao paradigma do empoderamento feminino.** 2012.

SALAMI, Mima. **Uma breve história do feminismo africano.** Traduzido por Âuria Mouzinho, 2017.

SEN, Amartya. **"Missing Women", *British Medical Journal***, n. 304, pp. 587-588, 1992.

UNIDA, Nações. **Relatório da conferência mundial da década das nações unidas para as mulheres: desenvolvimento de qualidade e paz,** Copenhague, 14-30 julho, 1980.

_____, **Relatório da conferência mundial para analisar e avaliar as realizações da década das nações unidas para as mulheres: igualdade, desenvolvimento e paz,** Nova York, janeiro, 1986.

_____, **Relatório da conferência mundial do ano internacional da mulher,** Nova York, 1976.

_____, **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____, **A Ideia de Justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

VIOTTE, Maria Luiza Ribeiro. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. Pequim, 1995.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos Direitos da Mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ZERILLI, Linda. “**Feminist Theory and the Canon of Political Thought**”. In DRYZEK, John S.; HONIG, Bonnie; PHILLIPS, Anne (orgs). *The Oxford Handbook of Political Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2006, pp. 106-124.